



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

JACQUELINE DA SILVA BOMFIM

**A EDUCAÇÃO FORMAL E O TRABALHO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA ESCOLA DE MURITIBA.**

CACHOEIRA-BA

2018

JACQUELINE DA SILVA BOMFIM

A EDUCAÇÃO FORMAL E O TRABALHO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA ESCOLA EM MURITIBA

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social. Orientadora: Prof.^a Dra. Jucileide Ferreira do Nascimento

CACHOEIRA

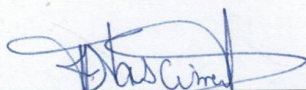
2018

JACQUELINE DA SILVA BOMFIM

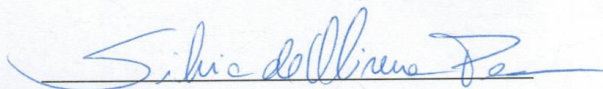
A EDUCAÇÃO FORMAL E O TRABALHO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA ESCOLA INFANTIL DE MURITIBA

Cachoeira – BA, aprovada em 09/05/2018

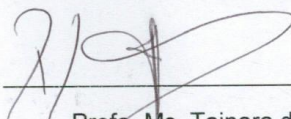
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Jucileide Ferreira do Nascimento
Presidente da Banca Examinadora



Profa.^a Dra. Silvia de Oliveira Pereira
(Membro Interno – UFRB)



Profa. Ms. Tainara de Jesus Souza
(Membro Externo - FACEMP)

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, aos meus filhos Paulinho (In Memoriam), Caíque e Samuel por ficarem ao meu lado quando eu mais precisei e acreditar que eu iria sobreviver para chegar até esse maravilhoso momento. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

“Sonhar é acorda-se para dentro”. A beleza poética de Mario Quintana desvenda a profundidade de um sonho, a beleza de resgatar dentro de si o que há de mais intenso no universo. “Tenho em mim todos os sonhos do mundo”. Sonhos que vão, sonhos que ficam sonhos que mudam, sonhos... E entre estes, um está se concretizando: a formatura. Então, sinto um misto de necessidade com vontade, de agradecer a quem sonhou junto, unindo os seus sonhos aos meus.

Agradeço a Deus, pela força nas horas de angústias e desânimos, aos meus filhos Paulinho (in memoriam), Caíque e Samuel pela amizade e companheirismo ao dividirmos as mesmas angústias no nosso dia a dia.

Agradeço a minha saudosa mãe, por ter me colocado nesse mundo ensinando-me a ser guerreira e forte tão quanto a senhora sempre foi, obrigada por tudo que a senhora sempre foi para mim.

A minha eterna e saudosa tia, Maria das Graças, pelo tempo que permaneceu aqui na terra e que durante esse tempo me incentivou a voltar a estudar, e hoje estou aqui, bacharel em Serviço Social. A minha tia Rita por acreditar em mim e me ajudar nos meus momentos de fraqueza.

Aos meus colegas de sala, pela infinita beleza em que transformaram minhas noites, que na maioria das vezes tão cansativa. Em especial Tateane, que além de colega, virou minha amiga, meu anjo amigo, que me carregou no colo quando os meus pés não sabiam mais andar, obrigada Tate, nossa amizade é da UFRB para a vida!

Pela nossa vida passam muitos professores, cada um diferente do outro, mas para o bem ou para o mal, todos deixam sua marca. Hoje eu posso dizer que nenhum deixou marca tão positiva e permanente quanto vocês, queridas professoras Dra. Silvia Pereira e Dra. Heleni Ávila E, obrigada por tudo o que aprendi com vocês, não apenas sobre as disciplinas, mas também sobre a vida e como ser uma pessoa melhor, eu agradeço! Vocês é um exemplo de pessoa e

professora, uma inspiração que sempre soube me motivar para aprender e despertar minha curiosidade. Um agradecimento do fundo do coração, professoras especiais!

E um agradecimento mais do que especial a essa pessoa linda que é Dr^a. Jucileide Nascimento, profissional exemplar, ética, paciente, dedicada e acima de tudo uma militante, que luta pela igualdade e justiça social. Esteve ao meu lado orientando esse trabalho e contribuindo para a materialização do mesmo.

Ms. Tainara, este é um momento muito importante para mim. Hoje entrego minha monografia e inicio uma nova etapa de vida, agradeço a senhora pela paciência, pela dedicação, por nunca ter desistido de mim. E acima de tudo, pelo incentivo, pois muitas vezes foi o empurrão que precisava.

Dra. Marcela Silva, um ser fantástico, iluminado, obrigada por me suportar durante esses anos no seu, ou seja, nos seus grupos de pesquisa GTSSSEDU e GTENPO, onde tive a oportunidade de aprender sobre a atuação do Assistente Social na Educação, e que através dos cursos e experiências passadas pelo grupo de pesquisa surgiu o interesse de fazer o estágio obrigatório na Secretaria de Educação de Cachoeira, a primeira Cidade do Recôncavo a contratar uma Assistente Social na Educação, fruto do esforço desse grupo, o Gt também elaborou o projeto de lei que garantiu a contratação da profissional, e pelas inúmeras discussões compartilhadas no Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento Populacional e por todas as experiências compartilhadas, ensinamentos que levarei para toda vida.

Enfim, agradeço a todos pelo qual me fizeram acreditar que “posso sim alcançar estrelas”. E que posso sim sonhar como uma criança, inocente, com pureza, beleza, ou simplesmente como uma mulher segura, livre e intensa.

Obrigada por sonhar comigo!

Em meus sonhos ainda cabe um universo.

LISTA DE ABREVIATURAS

BF - Bolsa Família

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

CT - Conselho Tutelar

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

OIT - Organização Internacional do Trabalho

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Composição familiar.....	29
Gráfico 02 – Renda mensal da família.. ..	31
Gráfico 03 - Domicilio.....	32
Gráfico 04 – Idade das crianças adolescentes.....	33
Gráfico 05 – Gênero.....	34
Gráfico 06 – Escolaridade.....	35
Gráfico 07 - Rede socioassistencial.....	35
Gráfico 08 – Programas.....	36
Gráfico 09 – Tipos de trabalho.....	37

RESUMO

A presente Monografia aborda o tema “A Educação Formal e o Trabalho Infantil: um estudo de caso em uma Escola de Muritiba”, um fenômeno que ocorre no mundo inteiro. No Brasil, o trabalho infantil tem como uma das principais causas, a baixa renda familiar, a questão social apresentando consequências profundas na vida de crianças e adolescentes. No capítulo 1 analisamos a educação formal no Brasil processo histórico e conceitos correlatos, discutimos ainda nesse capítulo a relação entre educação e trabalho infantil e o conceito de trabalho infantil usado nesse estudo. Fizemos ainda um levantamento do marco regulatório em vigor no Brasil que trata da proibição do trabalho infantil e da proteção das crianças e adolescentes. Assim sendo, realizou-se uma pesquisa empírica acerca do tema, visando conceituar o Trabalho Infantil, suas causas e consequências na vida das crianças e adolescentes, trazendo um breve histórico desse fenômeno, sua atual condição no Brasil que apresenta como principal atividade dessas crianças/adolescentes trabalhando na feira livre de Muritiba. Em seguida, a luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil, apresentando a trajetória histórica do PETI, e a sua política de ação junto às famílias que cadastradas no programa. Na busca por essas informações foram escolhidos alguns itens que norteariam essa pesquisa, para tornar possível a construção de um perfil desses grupos. Observou-se que são famílias de baixa renda, onde os responsáveis, na sua maioria, são pessoas com baixa escolaridade, com má qualificação profissional e salários ínfimos, sobrevivendo a baixos padrões de vida, necessitando assim, empregar seus filhos para aumentar a pequena ou inexistente renda familiar, revivendo o círculo vicioso da pobreza.

Palavras-chave: Criança e Adolescente; Trabalho Infantil; Educação Formal.

ABSTRACT

This monograph deals with the theme "Formal Education and Child Labor: a case study at a Muritiba School", a phenomenon that occurs all over the world. In Brazil, child labor has as one of the main causes, the low family income, the social issue with profound consequences on the lives of children and adolescents. In chapter 1 we analyze the formal education in Brazil historical process and related concepts, we also discussed in this chapter the relationship between education and child labor and the concept of child labor used in this study. We also made a survey of the regulatory framework in force in Brazil that deals with the prohibition of child labor and the protection of children and adolescents. Thus, an empirical research was carried out on the subject, aiming to conceptualize Child Labor, its causes and consequences in the lives of children and adolescents, bringing a brief history of this phenomenon, its current condition in Brazil that presents as the main activity of these children / teenagers working in the free fair of Muritiba. Next, the struggle for the eradication of child labor in Brazil, presenting the historical trajectory of the PETI, and its policy of action with the families enrolled in the program. In the search for this information were chosen some items that would guide this research, to make possible the construction of a profile of these groups. It was observed that they are low-income families, where the majority of the people are low-educated, poorly qualified and underpaid, surviving low standards of living, thus requiring their children to raise small or family income, reviving the vicious circle of poverty.

Keywords: Child and Adolescent; Child labor; Formal Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. Educação Formal: Processo histórico e o seu significado no Brasil.....	11
1.1 A educação formal discussão histórica e análise conceitual.....	11
1.2 A Educação como estratégia de proteção ao trabalho infantil.....	15
1.3 O trabalho infantil no Brasil aspectos históricos e marco legal.....	18
1.4 Conhecendo a cidade de Muritiba situada no Recôncavo baiano.....	25
2. Pesquisa Empírica: Estudo de caso em uma Escola na cidade de Muritiba.....	28

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa apresenta um estudo de caso acerca da relação entre o trabalho infantil e educação formal na cidade de Muritiba – Bahia, a pesquisa de campo foi realizada no período de novembro de 2017 a janeiro de 2018 em uma escola de ensino infantil na cidade de Muritiba-Ba.

Sob o ponto de vista metodológico, este estudo é de natureza qualitativa. De acordo com Triviños (1987, p. 133), o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa que cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. E para obtermos êxito na pesquisa fizemos leituras prévias de material bibliográfico acerca do tema e legislação em vigor no Brasil que trata sobre o trabalho infantil e a educação formal.

Na pesquisa empírica realizamos a coleta dos dados por meio de visitas “in loco” e também por uma entrevista semi-estruturada com questões que abordou aspectos sobre a caracterização do participante na referente escola municipal da cidade de Muritiba-Ba.

Nessas visitas foram realizadas as entrevista com os participantes, que teve em média a duração de 15 minutos, sendo gravada em áudio e transcrita na íntegra, para uma análise posterior: “O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforçase para a sua retomada” (GIL, 1999, p.120).

Foi realizada 10 entrevistas sempre com a concordância dos informantes, sendo, posteriormente, transcritas literalmente, respeitando-se particularidades, obtendo-se desta forma, dados mais completos e seguros. Através das entrevistas realizadas, procuramos identificar, na percepção dos respondentes, quais as principais causas do trabalho infantil, de que maneira essa questão é vista, qual o conceito de trabalho infantil. Percebemos que o tema do trabalho infantil envolve emocionalmente as pessoas que lidam com essa problemática.

No capítulo 1 analisamos a educação formal no Brasil processo histórico e conceitos correlatos, discutimos ainda nesse capítulo a relação entre educação e trabalho infantil e o conceito de trabalho infantil usado nesse estudo. Fizemos ainda um levantamento do marco regulatório em vigor no Brasil que trata da proibição do trabalho infantil e da proteção das crianças e adolescentes.

No capítulo 2, apresentamos algumas informações acerca do município de Muritiba “lócus de pesquisa”, para buscarmos compreender a relação entre a expressão da questão social: trabalho infantil e a realidade desse território. E por fim, apresentamos os resultados da pesquisa de campo e algumas considerações acerca do estudo realizado.

1.Educação Formal: Processo histórico e o seu significado no Brasil.

Nesse primeiro capítulo vamos discutir sobre o processo histórico de constituição da educação formal na sociedade brasileira e qual é hoje o conceito contemporâneo de educação formal.

1.1 A educação formal discussão histórica e análise conceitual.

No Brasil o processo histórico de educação formal iniciou-se com a chegada dos padres jesuítas em março de 1549 ao território nacional. A chegada dos jesuítas foi comandada pelo Padre Manoel de Nóbrega, que após 15 dias depois de sua chegada fundaram a primeira escola brasileira, em Salvador, que teve como mestre o Irmão Vicente Rodrigues, com apenas 21 anos. Irmão Vicente tornou-se o primeiro professor em terras brasileiras, e durante mais de 50 anos dedicou-se ao ensino e a propagação da fé religiosa. (ARIÉS,1981,p.20)

Os jesuítas eram padres que faziam parte da Companhia de Jesus, essa ordem religiosa foi criada em 1534 pelo Padre Inácio de Loyola e foi reconhecida pela Igreja a partir do Papa Paulo III em 1540. Essa companhia foi uma ordem religiosa que se vinculou à Igreja Católica com o objetivo da pregação do evangelho pelo mundo. (ARIÉS,1981,p.28)

O cristianismo era divulgado como base no ensino da catequese, isso era a proposta dos padres jesuítas. Eles conseguiram atuar em divergentes partes do mundo e destacaram-se no Brasil colonial. Já na Europa, os jesuítas surgiram como parte do movimento de contrarreforma e, portanto, tinham como importante missão impedir o crescimento do protestantismo. (ARIÉS,1981,p.35)

Os jesuítas obtiveram um importante papel educacional no Brasil, pois eles não só ensinavam aos nativos, mais também educavam os filhos dos colonos, principalmente os senhores do engenho. Para que tudo isso fosse possível, esses padres criaram colégios em diversas localidades do Brasil, como aconteceu na cidade de Salvador e em São Paulo de Piratininga (atual cidade de São Paulo). A respeito dos colégios dos jesuítas, o historiador Ronaldo Vainfas afirma:

Os colégios inicianos espalharam-se por todos os continentes, atravessando os sete mares. Formavam professores, intelectuais e missionários. Dominavam o ensino em várias universidades, como a de Coimbra, consolidando a neoescolástica, com ênfase no estudo filosófico e teológico. O grande mérito dos jesuítas consistiu na percepção da humanidade dos nativos da América. Foi ela que os incentivou a desenvolver procedimentos capazes de atingir a sensibilidade dos nativos, aproximando-os da cultura cristã, como aliás faziam logo depois em seus colégios. Essa estratégia assentava sobre três convicções básicas: a de que os índios eram tão capazes dos sacramentos quanto os europeus; a de que eram „livres por natureza“; e a de que tinham o caráter de um papel em branco, em que poderia ser impressa a palavra de Deus (VAINFAS,2000, p.127).

Eles foram seguidores da ordem religiosa que mais tiveram influência no ensino de educação brasileira, eles também foram responsáveis pelo ensino no país por mais de 210 anos, ainda hoje se discute qual era o objetivo desses missionários que chegaram junto com os colonizadores ao Brasil. Os jesuítas fundaram muitas escolas de ler, escrever mais a prioridade era a escola secundária, ou seja, uma rede de escolas com qualidade e diversas modalidades até o ensino superior. (VAINFAS,2000, p.127).

Na sociedade a educação acontece como uma dimensão humana fazendo parte de uma relação que tem uma forma intencional em que a transmissão de uma cultura acontece pela qual o ser humano transmite a outras diversas informações, valores e atitudes, para que o mesmo possa construir a sua percepção sobre a existente realidade, previamente em função de significados eleitos por uma coletividade, ou em uma forma bem mais complexa chamada sociedade. Não estamos aqui dizendo que a única forma de transmissão de cultura é a educação, mas podemos alertar para o simples fato de que ela tem sempre uma intenção, objetivos a serem propostos, sejam eles de sobrevivências, de adaptação a um meio, e também de construção de conhecimentos, entre outros. Nessa perspectiva Brandão (1986, p.10,11) nos diz;

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios

do aprender [...]. A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida [...]. A cultura é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade [...]. Através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar-se de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem [...]. Ela ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedade.

De maneira alguma podemos ignorar a força que a educação exerce na vida das pessoas, mais podemos entender que ela é uma das principais responsáveis pela transmissão da cultura de uma sociedade, por isso vale afirmar que a mudança na percepção da realidade passa necessariamente pela via educacional. Se a educação é intencional, ou seja, ela tem objetivos a serem alcançados pela ação, deveremos explicitar a sua possível conceituação e as suas possibilidades educativas, pois entendemos que não existe apenas um único modelo ou forma educacional.

Segundo Gonh (2006, p. 28), relata que não há muita diferença quando se fala na educação não formal, comparada a educação formal, ou seja, a autora faz um comparativo nas modalidades distintas nos seus campos de atuação:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de

compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Assim, a educação formal é a que acontece dentro de uma estrutura escolar, tendo um espaço próprio para ocorrer, ou seja, é institucionalizada e prevê conteúdos, mediante a participação de professores que tem objetivo como o de ensino e de aprendizagem de conteúdos sistematizados e que são regimentado por lei. Sendo ela pública ou privada, com cursos de treinamentos e aperfeiçoamento, ela acontece na sala por meio de livros didáticos, lousa e caderno.

A autora cita os objetivos de cada uma das modalidades, Gohn destaca a educação formal como ensino e aprendizagem de conteúdos que são historicamente estruturados, e faz uma preparação do indivíduo para poder atuar em sociedade como um cidadão ativo. Já na educação não formal o objetivo é proporcionar conhecimento sobre o mundo que envolve os indivíduos e suas relações sociais, e a educação informal é definida como aquela que está relacionada com o processo livre de certos saberes, e que são aprendidos em instituições que não pertence a rede escolar de ensino, tais como: a fala comum a um dado grupo, as tradições culturais e demais comportamentos característicos das diversas comunidades presentes em uma sociedade (GOHN, 2006, p. 29).

A educação formal é bastante organizada, ela segue um método de currículo muito amplo diferente das outras, mas também segue regras, leis, e se divide por idade e nível de conhecimento, bem diferente, já educação informal vem de um processo permanente e não muito organizado, e a educação não formal vem trabalhando com o que cada indivíduo pode interpretar da sua maneira, também contribui assim para a construção de identidade do indivíduo. Nas três modalidades podemos perceber características diferenciadas.(GONH, 2010, p.103)

Com base em uma estrutura sistemática de ensino a educação formal, consegue ser legitimada pelos órgãos governamentais, pelos quais têm como característica de uma difusão de cultura que é dita como universal e transmitida ao longo da história e literalmente condensada em currículos, sendo através de conteúdos eleitos e aprovados pelos seus dirigentes como importantes na formação do ser humano, e tem como locus privilegiado a escola. Esse trabalho foi dividido em partes com subseções relacionadas com estratégias para o combate do trabalho

infantil: num primeiro momento, foram analisados os enfoques conceituais; no segundo faz-se uma incursão sobre os bastidores do trabalho infantil, visando identificar os principais fatores que o sustentam e as suas implicações na moldagem da estrutura do mercado e da sociedade civil na qual está inserida a criança; e no terceiro momento, o sistema de políticas públicas que são adotados no combate ao trabalho infantil no Brasil, e discutindo as principais dificuldades estruturais na efetiva aplicação das medidas propostas. Dado esse conceito, queremos compreender nesse trabalho como essa educação formal ou essa política pública de educação pode contribuir como estratégia de proteção ao trabalho infantil ou de proteção as crianças e adolescentes.

1.2 A educação como estratégia de proteção ao trabalho infantil

Esta pesquisa pretende fazer um relato sobre o trabalho infantil e como ele se reflete na educação, pois o mesmo não atinge apenas o indivíduo, mas toda a sociedade. Temos como objetivos estudar como o trabalho se faz presente na educação da criança e qual a estratégia e sua relação com a sociedade e a constituição do cidadão.

Inúmeros documentos foram pesquisados para analisar a construção deste trabalho, dentre eles estão as Leis: 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e principalmente a Constituição Federal do Brasil de 1988, que tem como direito fundamental a igualdade de todos os cidadãos.

Nesse capítulo faremos uma breve descrição dos direitos da criança e do adolescente, do papel da família, da sociedade e do Estado no que diz respeito na erradicação do trabalho infantil. Também falaremos sobre os reflexos do trabalho infantil na educação e na sociedade, bem como as políticas públicas desenvolvidas pelo governo para erradicar o trabalho infantil. O ponto relevante desta pesquisa será a reflexão se a escola atual esta adequada para receber crianças que são ex-trabalhadoras e quais são as adequações que podem ser realizadas na escola para melhorar a acolhida de crianças e adolescentes que vivem a experiência do trabalho infantil.

Na atualidade o trabalho infantil tem um questionamento que é bastante complexo e que vem se refletindo não somente na educação, mas em toda sociedade, por não se tratar de um fato isolado. As crianças e os adolescentes quando trabalham são privados do seu direito fundamental, que é o de ser criança e poder se desenvolver com dignidade e respeito.

Na Idade Média, a mão de obra do trabalho infantil estava vinculado ao complemento do sustento familiar daquelas crianças e adolescentes, sendo assim, era pouco comum que eles desenvolvessem tal atividade para benefício de terceiros, ou seja, a criança ou adolescente não desfrutava do lucro do seu trabalho. No Brasil, existem diversos dispositivos legais que são positivados na estrutura jurídica, e que tratam da garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A Constituição Federal do Brasil (1988) descreve no artigo 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e de opressão.”

As famílias mesmo sabendo que existem diversas leis que garantem esses direitos para as crianças e adolescentes, elas não tomam consciência de suas obrigações e tentam de qualquer modo se proteger por não estarem cumprindo as leis que garante a proteção das crianças e adolescentes. Elas alegam de alguma forma que o trabalho ensina a criança a se tornar adulto com boas condutas, ter responsabilidade, a ter disciplina, a não roubar. Mas, o que realmente está sendo roubado é o direito da criança de brincar, de aprender, de sonhar e dar asas à imaginação. A criança trabalhadora quando estuda enfrenta muitos obstáculos, o cansaço é um dos obstáculos, pois o mesmo provoca dificuldade de aprendizagem, que gera o fracasso escolar da criança trabalhadora e para tentar diminuir a desigualdade social que vem obrigando as crianças e adolescentes a trabalharem, o governo brasileiro adotou políticas públicas que serão abordadas no próximo capítulo, para que possam retirar a criança do trabalho e que forneçam subsídios

para que a criança e sua família possam sobreviver sem ter que retornar a situação anterior. Com base na intenção de envolver diversos outros setores da esfera governamental e para poder se certificar de que a criança não retorne ao trabalho, o apoio da sociedade é essencial, a fim de que a igualdade de oportunidades chegue a todas as crianças, indistintamente.

O trabalho infantil tem suas inúmeras causas variadas e complexas, e a relação entre educação e trabalho infantil também não é simples. As ações do Estado e de toda sociedade visa envolver o combate ao problema, por se tratar de uma questão que ainda exige todo um conjunto de mobilização e mecanismos eficazes ao combate dessa distorção social.

Para as crianças terem acesso e permanência com sucesso no sistema de ensino brasileiro não depende somente das leis, diretrizes ou das instituições de ensino, mas depende e muito do trabalho escolar e, em especial, do professor, pois é ele quem acolhe a criança no ambiente escolar e trabalha com ela cotidianamente. É o professor que na sala de aula é o responsável pela aprendizagem da criança, pela metodologia utilizada por ele, o professor tem grande responsabilidade no fato da criança se sentir ou não motivada a aprender.

Nessa nova era da tecnologia avançada e da informação, a escola tem que ter um ambiente mais envolvente, pois segundo Gadotti (2003), em sua obra “Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido”.

Educar para pensar globalmente. Na era da informação, diante da velocidade com que o conhecimento é produzido e envelhece, não adianta acumular informações. É preciso saber pensar. E pensar a realidade. Não pensar pensamentos já pensados. Daí a necessidade de recolocarmos o tema do conhecimento, do saber aprender, do saber conhecer, das metodologias, da organização do trabalho na escola (GADOTTI, 2003, p. 60)

O professor ensina e também estar aberto a aprender com seu aluno e em especial com a criança que já foi explorada com seu trabalho, pois essa criança ou adolescente pode trazer consigo muitos conhecimentos que podem ser compartilhados em ambiente escolar para que possam enriquecer as aulas, se transformados em atividades pedagógicas. Assim, com essa atitude, o professor

estará motivando e valorizando o aluno e seus conhecimentos, e mostrando que a prioridade é oferecer uma escola de qualidade para todos a fim de formar cidadãos capazes de exercer a cidadania com plenitude de conhecimentos.

Segundo Freire (1996, p.60): “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”. Inserir a criança trabalhadora na sociedade e lutar para que seja abolido por completo o trabalho infantil da realidade social brasileira é uma meta que toda a sociedade consciente almeja para que a desigualdade social e a pobreza sejam apenas um “sonho ruim” do qual despertamos.

O autor nos mostra na sua fala, que em geral, cabe à educação e também a cada professor em especial, em lutar por um mundo que seja mais justo, e que todas as crianças e adolescentes possam viver, brincar, sonhar e conseguir se desenvolver com igualdade e condições necessárias para que elas possam ter oportunidade para ter um futuro melhor e cheio de realizações.

1.3 O trabalho infantil no Brasil aspectos históricos e marco legal.

Durante algum tempo da história as crianças e adolescentes eram vistas como um adulto, por que muito cedo elas começavam a ingressar no mundo do trabalho fazendo as mesmas atividades do adulto sem levar em conta a fragilidade do seu corpo e também a sua pouca idade. Ariés (1981, p35-38) cita que o curto período da infância era a fase onde a criança ainda usava fraldas, ou seja, quando ela dependia de todos os cuidados da sua família ou responsáveis para sua sobrevivência. Passada desta fase a criança era considerada um adulto em miniatura e assim era inserida no mundo adulto. As crianças e adolescentes tinham também as mesmas responsabilidades de um adulto, não tendo nenhuma forma de diferença.

Na Revolução Industrial, o trabalho infantil passa a ser bem explorada pelas fabricas por que a mão de obra era mais barata, e também por não ter naquela época nenhuma lei que proibisse, o trabalho infantil era um tipo de formação de caráter humano e não era visto como prejudicial ou nocivo à criança.

Com relação às crianças escravas, elas morriam com certa facilidade, devido a frágil composição da família, e também pelas condições precárias e insalubres do lugar onde viviam. Já no final do período colonial, têm-se a promulgação da Lei do Ventre Livre, mais precisamente em 1871, também conhecida como —Lei Rio Branco, foram consideradas livres a partir desta lei, todas as crianças nascidas de mães escravas. A sociedade ainda vinha produzindo efeito contrário à lei, que até então ainda mantinha um meio de dominação e alienação dos infantes, não o bastante a consolidação da lei, os senhores preferiam a opção de manter em seu poder os menores até completarem 14 anos, os senhores seriam indenizados posteriormente pelo Estado por desfazer-se deles. De acordo com Rizzini (2009, p. 18).

Mesmo depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, a criança escrava continuou nas mãos dos senhores, que tinha a opção de mantê-la até os 14 anos podendo, então, ressarcir-se dos seus gastos com ela, seja mediante seu trabalho gratuito até os 21, seja entregando-a ao Estado, mediante indenização.

Trabalho infantil nada mais é que o desempenho de atividades de qualquer natureza desenvolvidas por crianças e adolescentes que não tenha fins educativos, é válido salientar que o trabalho infantil foi uma prática muito comum em diversas civilizações ao longo do desenvolvimento da humanidade, e que embora atualmente seja uma prática condenada na maioria dos países, ainda faz parte do cotidiano de milhões de crianças no mundo inteiro. O trabalho infantil é considerado como toda atividade em que criança e adolescentes venham a ajudar com a economia familiar, ou na falta de seus responsáveis até mesmo dos parentes para sua própria sobrevivência. Outra situação bem comum que acontece frequentemente quando as crianças não estão em idade para trabalhar e são obrigadas pelo pai, pela mãe, irmãos, amigos ou qualquer outro familiar responsável, eles ameaçam e chegam a bater se não forem trabalhar.

Evidente que quando a criança volta com os rendimentos obtidos no trabalho que executou nada disso permanece em suas mãos, mas entregam tudo para a pessoa que a obrigou a trabalhar, quase nunca a criança recebe algum dinheiro do seu trabalho, porque na maioria das vezes, quem o submete ao trabalho é a pessoa que está interessada em outras questões e que pouco tem a ver com o bem-estar da

família, interesses tais como: drogas, bebidas álcool, e muitos outros. Interessante ressaltar que existem inúmeros casos de trabalho infantil em as crianças são obrigadas a realizar atividades muito arriscadas, como trabalho com ferramentas que põe em risco a sua própria vida, tráfico de drogas, assalto à mão armada, trabalhos noturnos, prostituição, entre outras recorrentes.

O trabalho infantil é uma expressão da questão social¹ que está bastante associado às inúmeras desigualdades sociais existentes como: a pobreza, os recursos naturais que são escassos, a negligência familiar, a falta de educação, está também associado à falta de políticas públicas, tudo isso entre outras expressões da questão social.

Dentre as expressões da questão social que são existentes no mundo e em particular no Brasil destacamos nesse estudo o trabalho infantil que muitas das vezes está relacionado de forma direta ao quadro de pobreza absoluta², da desigualdade social e também da ausência de políticas sociais, com destaque para as políticas educacionais e de proteção à infância e adolescência. Diante dessa problemática, para que as medidas de combate ao trabalho infantil realmente possam dar resultados positivos, é necessário reduzir a miséria e a desigualdade social no mundo, principalmente em países subdesenvolvidos. Como o trabalho infantil está relacionado com um problema social ainda mais complexo, a erradicação total dessa prática é muito difícil.

Temos o conceito de criança como um ser indefeso, frágil, e que necessita de proteção, existe um pressuposto que constata em que o trabalho infantil compromete o desenvolvimento da criança e do adolescente. Essa constatação deve-se ao fato de que crianças trabalhadoras são expostas a acidentes, lesões e doenças, que, na maioria das vezes, podem ter efeitos permanentes e bastante irreversíveis em seu organismo, já que, como ainda não atingiram a maturidade biológica, são menos resistentes. Além do mais, o trabalho infantil, na maioria das vezes, impossibilita o convívio com outras crianças e o desenvolvimento de

¹ Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade. A questão social é muito vinculada com a desigualdade social.

² A pobreza absoluta ou extrema consiste no estado das pessoas que não possuem requisitos básicos para sobreviver. Como consequência, muitos indivíduos contraem doenças ou morrem devido a fome ou às péssimas condições sanitárias, por exemplo.

atividades próprias para a idade, como brincar e estudar, comprometendo, assim, o seu desenvolvimento social e educacional.

Discutiremos à partir daqui acerca das leis e programas que decorreram no cenário brasileiro e que subsidiaram estratégias de enfrentamento no combate ao trabalho infantil.

Somente com a abolição da escravatura no Brasil é que foi desencadeado o debate sobre o trabalho infantil. Antes da extinção da escravatura nenhuma criança recebia algum ganho pelo trabalho que executava. Com a massa de escravos livres sem trabalho, as famílias não conseguiam sustentar seus filhos, e muitos dos filhos das escravas não tinham pai conhecido e ficavam pelas ruas. (TEIXEIRA, [2007?] p. 5).

Foi a partir da abolição da escravatura que surgiram as leis de proteção a criança e o adolescente. E a primeira lei de proteção ao trabalho infantil foi criada no ano de 1891, em seguida 1923 – O Decreto-lei nº 16.300, o código de menores em 1927 determinando a idade mínima de 12 anos no trabalho, 1943 Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ofertando proteção ao menor estabelecido nos artigos 402 e 441. Vamos seguindo para o ano de 1973 onde foi aprovada a convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que diz respeito à idade mínima do trabalho. (TEIXEIRA, [2007?]).

Para tanto, Rizzini (2008, p.386) reafirma;

Os trabalhadores infantis, na maioria dos casos, são vítimas da miséria. O trabalho, quando é obstáculo ao pleno desenvolvimento da criança ou mesmo perigoso, é percebido como degradante, tanto pelos pequenos trabalhadores quanto por seus pais, mas necessário á manutenção do núcleo da familiar. Há situações, como a de pequenos proprietários, que dependem do trabalho de toda a família para manter a produção.

O trabalho infantil como foi citado anteriormente, ele acompanha a própria evolução humana e o surgimento do trabalho enquanto atividade humana, pois a criança e o adolescente estão sempre ligados ao trabalho dos pais, seja como auxiliar na coleta de alimentos para sua sobrevivência ou até mesmo para a venda, no auxílio a atividades doméstica, e até mesmo no desempenho de atividades profissionais. Nestes exemplos que citamos, temos o exercício do trabalho como uma complementação e auxílio, fazendo parte da própria história familiar, como requisito da sua própria educação doméstica, não se tem aqui o condão ainda de exploração econômica.

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas subsiste uma lei que conhecemos como LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social que foi promulgada em 7 de dezembro de 1993 (Lei nº 8.742), essa regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição que estabelece o sistema de proteção social para a população mais vulneráveis, por meio de benefícios, programas e projetos que estabelece em seu art. 2º, que a assistência social tem por objetivos a proteção à família, à infância e à adolescência, o amparo às crianças e adolescentes carentes, dentre outros.

No capítulo a seguir, iremos dar destaque ao PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI teve início em 1996, é um programa do Governo Federal que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e que tem como objetivo retirar crianças e adolescentes do trabalho considerado perigoso, insalubre, penoso e até mesmo degradante, ou que lhes coloquem em risco sua saúde e a segurança, e que dar possibilidades de acesso, de permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola; fomenta e incentiva a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer; e presta orientação às famílias através de ações socioeducativas e com a implantação de programas e projetos de geração de trabalho e renda familiar.

Além disso, o PETI articula um conjunto de ações para.

Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O programa compreende transferência de renda, - prioritariamente por meio do PBF, - acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil (BRASIL/MDS, 2013).

O PETI está inserido na PNAS, conforme especificado no art. 24 da LOAS, que define:

Fica instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho. (BRASIL, 2013)

O PETI fornece à família atendida uma bolsa mensal para cada filho com idade de 7 a 15 anos que for retirado do trabalho, o requisito para receber é que às crianças e os adolescentes estejam frequentando a escola, ou seja, frequentarem a escola num turno e participarem de atividades de reforço escolar e esportivas, culturais, artísticas e de lazer, no outro. O programa tem um alvo principal de atenção que é a família, ela é assistida de ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda que possam contribuir para o seu processo de independência, para sua promoção e inclusão social, gerando assim seu próprio desenvolvimento social. A família ainda pode permanecer no programa pelo prazo de no máximo quatro anos, que são contados a partir de sua inserção nos programas e projetos de geração de renda e trabalho.

Segue alguns critérios de permanência da família no programa:

- Retirada de todos os filhos que são menores de 16 anos de atividades laborais;
- Manutenção de todos os filhos na faixa etária de 7 a 15 anos na escola;
- Apoio à manutenção dos filhos nas atividades da jornada ampliada;

- Participação nas atividades socioeducativas;
- Participação em programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda oferecidos.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI é financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), também pelos estados e municípios, e com participação da iniciativa privada e da sociedade civil.

O pagamento das bolsas³ do PETI, assim como o Bolsa Família (BF) e outros benefícios do governo é realizado diretamente para as famílias, por meio do Cartão do Cidadão, de responsabilidade da SEAS/MPAS, que tem por intermediário a Caixa Econômica Federal. Os valores das bolsas podem variar dependendo da área de atuação do programa onde o mesmo está sendo executado, sendo na área rural, de R\$ 25,00 por criança e adolescente de 7 a 15 anos que for verdadeiramente retirado do trabalho perigoso e penoso, insalubre ou degradante; e na área urbana, de R\$ 40,00 por criança e adolescente de 7 a 15 anos que for retirado do trabalho. Esses valores são adotados apenas nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250.000 habitantes. Nos demais municípios, o valor da bolsa é de R\$ 25,00 per capita.

Não há um limite específico de bolsas por família, mas independente do número de bolsas que a família receba, ela assume o compromisso de retirar do trabalho todos os filhos menores de 16 anos.

Vale ressaltar que o pagamento da bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) pode ser suspenso toda vez que a criança ou adolescente, membro da família que recebe o benefício não tiver a frequência que seja mínima exigida sem justificativa, sendo assim o pagamento fica suspenso no mês pertinente, e sendo regularizada a frequência da criança, a família volta a receber, se a família não cumprir com seus compromissos junto ao Programa, o pagamento da bolsa pode ser suspenso. No caso da suspensão temporária do pagamento da bolsa, o trabalho com a família deve ser reforçado no sentido de sensibilizá-la para a necessidade da permanência e da frequência mínima das crianças e dos

³ Portaria MPAS nº 2.917, de 12/9/2000, que estabelece as diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

adolescentes na escola e na jornada ampliada, bem como para melhor acompanhamento socioeducativo da mesma.

Este capítulo fez um paralelo sobre o conceito de criança, falamos um pouco sobre os aspectos históricos do trabalho infantil no Brasil e a proteção social para esses infantes. Parte-se agora para a parte final do estudo que faz uma análise dos dados coletados na pesquisa empírica e apresenta os resultados encontrados.

1.4 Conhecendo a cidade de Muritiba situada no Recôncavo baiano.

Muritiba é um município brasileiro do Estado da Bahia, distante em 114 km da capital, Salvador. Faz parte da microrregião de Santo Antônio de Jesus. Possui uma população estimada em 30.585 habitantes e uma área de 89,311 km². Tem proximidade com o Rio Paraguaçu e faz divisa com os municípios de São Félix, Governador Mangabeira, Cachoeira e Cruz das Almas. Muritiba tem início com a vinda de exploradores e jesuítas da Companhia de Jesus em 1559, que avançaram nas regiões de Cachoeira e São Félix. Posteriormente, ao subirem a serra às margens do Rio Paraguaçu, fundaram um templo e um convento dando origem ao povoado de Muritiba⁴. (IBGE)

Muritiba passou à categoria de Vila em 8 de agosto de 1919, mediante Lei 1.349 proferida pelo então Governador da Bahia, Antônio Muniz Sodré de Aragão. Três anos depois, no dia 3 de agosto de 1922, no mandato do Governador José Joaquim Seabra, elevou-se à categoria de cidade. Seus primeiros moradores participaram ativamente das lutas pela independência da Bahia, com destaque para o Major José Antônio da Silva Castro, avô do poeta Castro Alves, que comandava 700 homens no Batalhão dos Periquitos, entre eles uma mulher, Maria Quitéria, heroína da independência.(IBGE)

Ano Marcos fundadores:

1571 Inauguração do arraial.

1705 Criação da freguesia São Pedro do Monte da Muritiba.

⁴ IBGE | Cidades | Bahia | Muritiba». cidades.ibge.gov.br. Consultado em 27 de abril de 2018.

1889 São Félix é desmembrado de Cachoeira, figurando Muritiba como distrito de São Félix.

1919 Muritiba passa a categoria de Vila, em 8 de agosto 1922.

Muritiba passa a categoria de Cidade, emancipando-se de São Félix, em 3 de agosto.

1936 Instalação oficial da Câmara de Vereadores de Muritiba, em 19 de abril

1962 Governador Mangabeira é desmembrado de Muritiba.

1989 Cabaceiras do Paraguaçu é desmembrada de Muritiba.

Origem do Nome: De acordo com o livro História e Estrela de Muritiba, do muritibano Anfilofio de Castro, o nome teve origem por causa da existência abundante, naquela época, de uma palmeira chamada Boritiba, espécie encontrada desde o Pará até São Paulo, conhecida por buritizeiro, muriti, muruti e pissandó. Entretanto, no livro O Tupi na Geografia Nacional, o antropólogo Theodoro Sampaio, escreve que Muritiba é uma variação deturpada do vocábulo indígena merutyba, que significa o mosqueiro ou mosca em abundância. No brasão da cidade há quatro torreões num escudo azul semeado de moscas de prata como prova da fertilidade do solo muritibano e abundância de fruteiras, com destaque para a jaca, nome pelo qual a cidade ficou por muito tempo conhecida ("Cidade das Jacas"). (IBGE)

Festas e manifestações culturais:

Muritiba é uma cidade com algumas manifestações culturais e eventos festivos. Destacam-se o grupo de capoeira "Raça", os grupos folclóricos "Filhos do Paraguai" e "Segura-Veia", que se apresentam em diversas regiões do recôncavo e o grupo "Os Cães", tradicional durante a festa do Senhor do Bonfim. Há também a Lira Popular Muritibana, fundada em 7 de maio de 1889. No mês de janeiro, acontece no município a tradicional Festa do Senhor do Bonfim, com duração de onze dias e dezenas de atrações. No mês de junho, Muritiba entra no clima das festas juninas, com manifestações espontâneas pelas ruas, organizadas pelos moradores, queima de fogueiras e guerras de espadas. Apesar de não possuir uma festa com grandes atrações, a sua localização é privilegiada dada a proximidade com os municípios de Cachoeira e Cruz das Almas, famosos por suas festas; entre

cinco e dez minutos é possível chegar em uma dessas duas cidades. Entretanto, é tradição forte em Muritiba a realização da Festa de São Pedro, no final do mês de junho. No mês de agosto, em virtude das comemorações da emancipação do município, acontece uma micareta pelas ruas da cidade. (IBGE)

Dados Geográficos:

Área 89,311 km²

População 30 585 hab. IBGE/2016

Densidade 342,46 hab./km²

Altitude 220 m

Trabalho e Rendimento:

Em 2015, o salário médio mensal era de 1.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 267 de 417 e 143 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 4253 de 5570 e 3897 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 46.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 338 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1966 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE)

Educação:

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 2.9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 198 de 417. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 329 de 417. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.7 em 2010. Isso posicionava o município na posição 284 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 3987 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE)

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 6.04 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 356 de 417 e 406 de 417, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3969 de 5570 e 5076 de 5570, respectivamente. (IBGE)

Território e Ambiente:

Apresenta 14.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 30.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 50.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 248 de 417, 383 de 417 e 9 de 417, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4009 de 5570, 4831 de 5570 e 419 de 5570, respectivamente. (IBGE)

2 Pesquisa Empírica: Estudo de caso em uma Escola na cidade de Muritiba.

Os resultados agora apresentados são oriundos de uma pesquisa realizada no sexto semestre do curso de Serviço Social e adotou como objeto de pesquisa crianças e adolescentes que trabalhavam na feira livre da cidade de Muritiba, ambos os sexos, alunos matriculados em uma escola de ensino fundamental I, estudavam no turno vespertino, onde a aprendizagem dessas crianças não era boa segundo o relato de seus pais e professores que também foram objeto da pesquisa, eram alunos de 8 a 13 anos de idade. O nome da escola onde foi realizada a pesquisa e de todos os participantes foi preservado. Foi também realizada uma entrevista com as mães das crianças que são e foram vítimas do trabalho infantil, para essa etapa foi útil ouvir o relato contado pela mãe sobre o trabalho dessa criança e adolescente em questão.

O direito à educação a todos está amparado na Declaração Universal dos Direitos Humanos Art. 26 (1948), que compreende a educação como um direito

fundamental de todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas idades, sexo, etnia, religião, condição socioeconômica ou deficiência.

Nesse sentido, ressaltamos que a família é a base para a formação da criança, sem a família a escola pode correr o risco de não alcançar os objetivos que são idealizados para a formação da criança, sendo assim cabe à família o dever e também a obrigação de acompanhar o desenvolvimento dos filhos, visando sempre o seu desempenho e formação, durante essa pesquisa foi constatada crianças com dificuldades de aprendizagem, em observação foi possível perceber as limitações que são ocasionadas pela infraestrutura do prédio da escola, o mesmo não oferece nenhuma área verde livre, o espaço usado pelos professores para realizar brincadeiras e jogos é o pequeno pátio, que fica cercado pelas salas de aula, banheiros, cantina e secretaria, o espaço também é usado pelas funcionárias da limpeza e da cantina para secar utensílios domésticos.

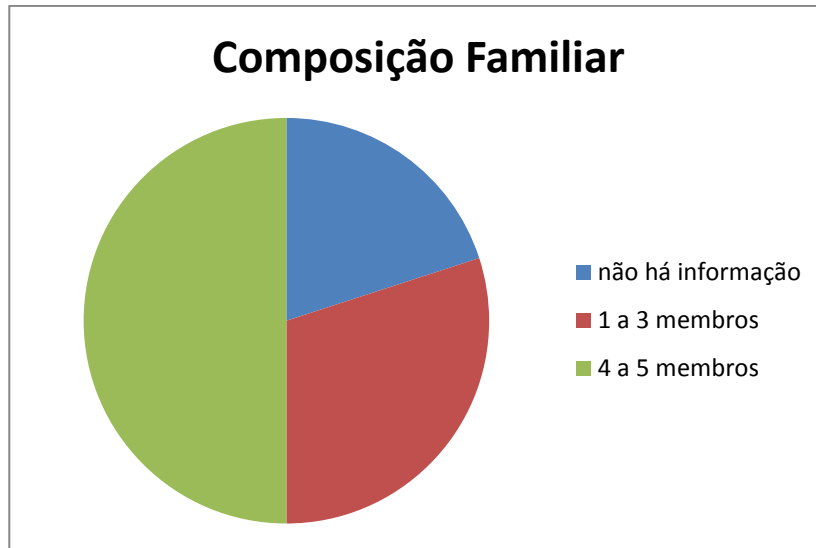
Este estudo de caso visa buscar uma abordagem de investigação, que estar relacionado com as diversas informações que serão coletadas sobre as causas que possam estar atrapalhando de certa forma a vida escolar dos alunos da referida escola, realizar uma avaliação das possíveis causas que possam estar interferindo negativamente no desempenho de suas habilidades e potencialidades. Depois dessas coletas de informações fizemos análise dos dados que foram levantados nessa pesquisa de campo, e também documental, passando pela etapa da elaboração, categorização e tabulação das informações .

Perfil das crianças e adolescentes que são vítimas de trabalho infantil:

É relevante conhecer o perfil dessas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, no que se refere a situações vivenciadas por elas, foram feito a pesquisa com 15 crianças e adolescentes na escola onde as mesmas estudam.

Na composição da família dessas crianças e adolescentes como vamos informar também através de gráficos para melhor entendimento a seguir o Gráfico 1 apresenta a composição familiar:

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

Os dados acima revelam que vinte por cento 20% das famílias não quiseram apresentar informações sobre a análise, ou seja, o questionário que foi aplicado; já cinquenta por cento 50% das famílias analisadas possuem entre 4 a 6 membros na sua família e trinta por cento 30% possuem menos de 1 a 3 pessoas na sua composição familiar.

Em síntese podemos afirmar que em relação a composição os dados demonstram que em Muritiba as famílias com crianças em trabalho infantil apresentam um mesmo perfil das famílias brasileiras que enfrentam essa mesma expressão da questão social,

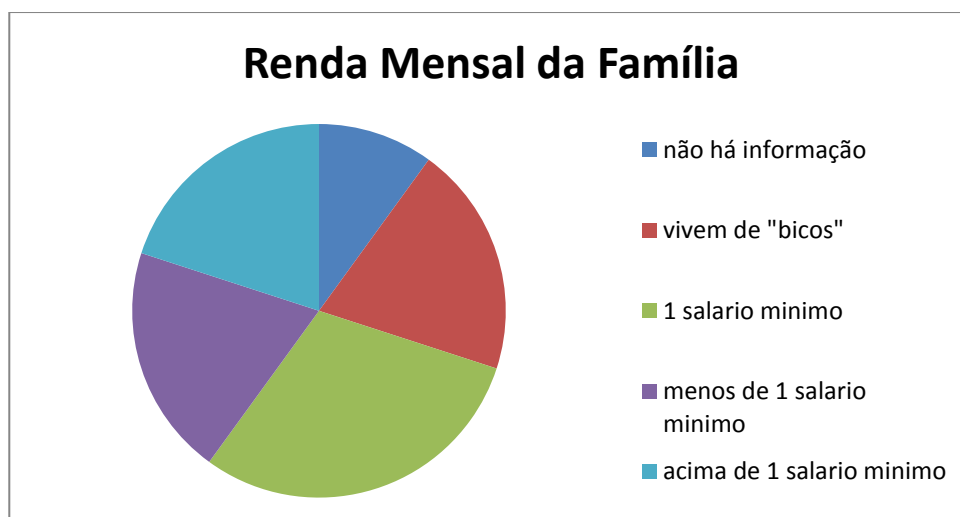
De forma geral, os estudos citados sugerem que o tamanho da família e o número de irmãos mais novos estimulam o trabalho infantil, enquanto a presença de cônjuge e/ou de chefe domiciliar do sexo masculino reduz. No Brasil, algumas pesquisas avaliam a interação entre a presença do cônjuge e o gênero do responsável pelo domicílio, ao classificarem famílias em monoparentais⁵ e biparentais sob responsabilidade da mãe ou do pai (Cavaliere, 2002; Ferreira Batista e Cacciamali, 2007).⁵

⁵ MESQUITA, S. P. e RAMALHO, H.M. B. Trabalho infantil no Brasil urbano: Qual a importância da estrutura familiar? Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v19n1/1415-9848-rec-19-01-00097.pdf>. IN: Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 97-134, jan-abr/2015. Acessado em 01 de maio de 2018.

Também foi analisado o bairro e rua onde essas crianças e adolescentes moram, por se tratar de um bairro ou rua considerada precária, a influência de trabalho desses infantes é grande para sua sobrevivência e de seus familiares, nessas ruas e bairros da cidade de Muritiba é onde se encontra a maior parte de pequenos estabelecimentos comerciais conhecidos popularmente por “vendinha, butequinho e farmácia” (local onde vende bebidas alcoólicas e mistura de folhas com cachaça dentro de uma garrafa e que é vendida por “doses”).

Identificamos que vinte por cento (20%) dessas famílias moram na zona rural, que pertence a Muritiba, localidade conhecida como Cachoeirinha e Santo Antônio e Bom Jardim; Outras vinte e cinco (25%) das famílias desses infantes residem no bairro conhecido como Padre Plaza, onde o índice de tráfico de drogas na localidade é muito grande, é bastante vista a presença dos Conselheiros Tutelar (C.T.) nessa região por conta da grande demanda de crianças e adolescentes fazendo o papel de “laranjas”, ou seja, criança que faz a entrega da droga a outra por mandado de um líder, não vamos aqui aprofundar o debate sobre o tráfico de drogas, no entanto, o estudo aponta que regiões com essas situações de risco são propensas ao trabalho infantil. E por fim, cinquenta e cinco por cento (55%) moram na Rua Sete pecados e Rua Paraguai.

Em relação a renda dessas famílias, o Gráfico 2 apresenta os resultados:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

Os dados levantados apontam que dez por cento 10% não informou a sua renda, outras vinte por cento 20% informou que não possui renda e que vivem de “bicos” para poder manter a família e que por isso coloca o adolescente para vender “o plantio que é feito na roça „hortaliças” para ajudar no sustento da família” foi um relato do responsável pelo adolescente; trinta por cento 30% das famílias analisadas responderam que tem uma renda mensal de 1 salário mínimo, vinte por cento 20% responderam que tem uma renda inferior a 1 salário mínimo, e vinte por cento 20% responderam que tem renda acima de 1 salário mínimo recorrente a vendas nos dias de feira livre na cidade de Muritiba-Ba.

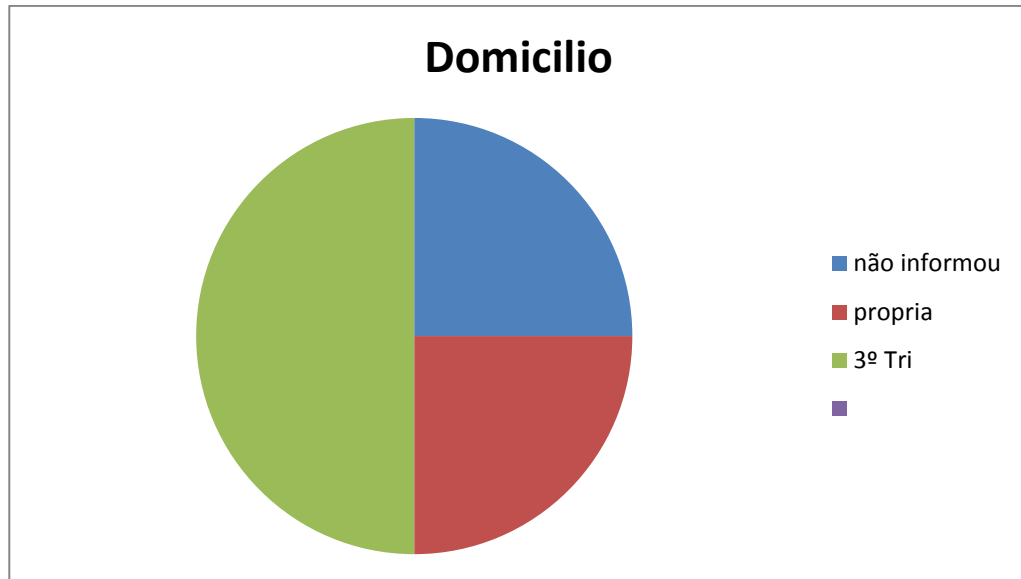
Ao fazermos a análise da renda dessas famílias, podemos constatar a pobreza que está relacionada a verdadeira realidade, com os baixos salários e a falta de oportunidade, e a desigualdade social que impera. Behring e Boschetti (2011, p.51-52) elas afirmam que:

“{...} as expressões que são multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.”

É nesse processo da desigualdade social que fazem parte do cotidiano desses infantes, simplesmente pelo fato de suas famílias terem salários baixos que o levam a estarem inseridas precocemente no mercado de trabalho, as condições de trabalho e os vínculos de trabalhos dessas famílias reforçam a fala da autora acima citada.

No que diz respeito à falta de moradia, essa realidade esta associada aos problemas sociais que são enfrentados no Brasil, e que vem afetando as famílias de baixa renda cada vez mais, e que se torna uma problemática na realidade da vida das crianças e adolescentes que são inseridos precocemente no mercado de trabalho pela falta de lugar para morar que se associa com a renda familiar desses infantes.

Sobre a questão da situação de domicilio os dados são apresentados no Gráfico 3, a seguir,

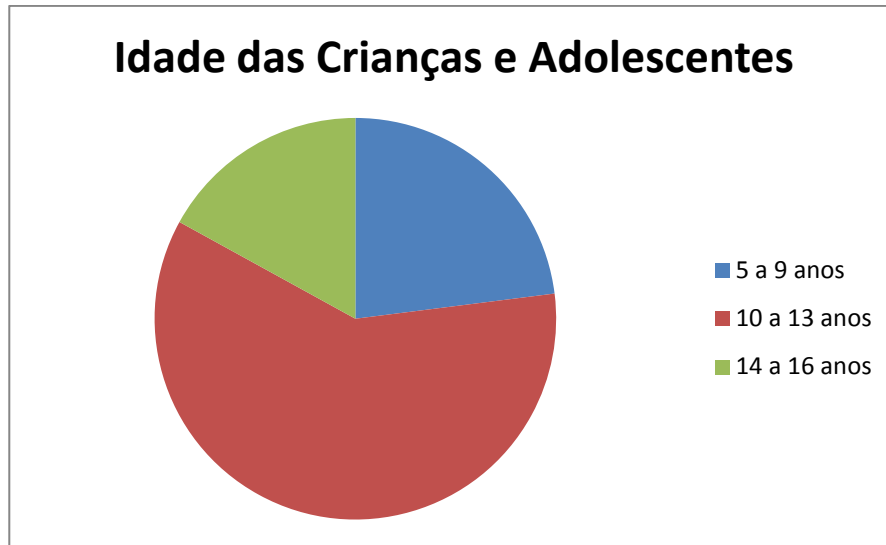


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

Podemos identificar que das famílias entrevistadas vinte e cinco por cento 25% não quiseram informar sobre a situação, outras vinte e cinco por cento 25% das famílias informaram que possui casa própria e que sua maioria foi doada pela prefeitura, e cinquenta por cento 50% das famílias nos informou morar de aluguel. A Constituição Federal (CF) no que tange aos direitos sociais, todos tem o direito a moradia como preconiza em seu art. 6º “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e a moradia {...}”

Foram perguntadas as famílias dessas crianças e adolescentes se os mesmo estão inseridos em algum programa social do Governo Federal, dez por cento 10% não responderam, noventa por cento 90% estão inseridas no Programa Bolsa Família (BF), e sessenta por cento 60% dos que estão inseridos no Programa Bolsa família também estão inserido no Programa Tarifa Social de Energia Elétrica.

Em relação a idade das crianças e adolescentes vitimas do trabalho infantil são apresentado no gráfico 04 a seguir:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

Referente à idade dessas crianças e adolescentes, foi informado que vinte e três por cento 23% dessas crianças tem idade entre 5 a 9 anos, sessenta por cento 60% informaram ter entre 10 a 13 anos de idade e dezessete por cento 17% possuem idade de 14 a 16 anos. Analisando uma porcentagem de 14 a 16 anos de idade, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu art.60, ele nos informa que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo sob a condição de aprendiz”. A Constituição Federal de 1988, entre outras leis e programas que existem para o combate ao trabalho infantil reforça essa proibição.

Art. 67. Ao adolescente, empregado aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental é vedado o trabalho:

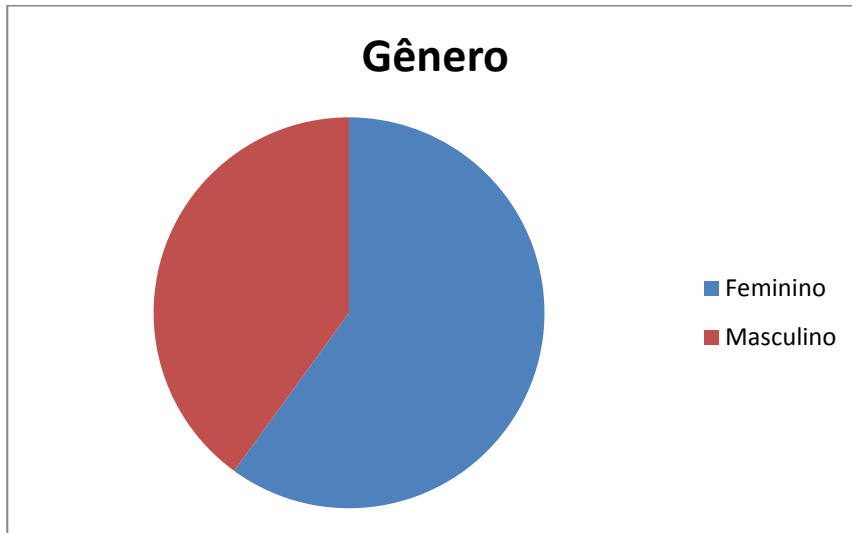
I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte

II – perigoso, insalubre, ou penoso;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e a seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

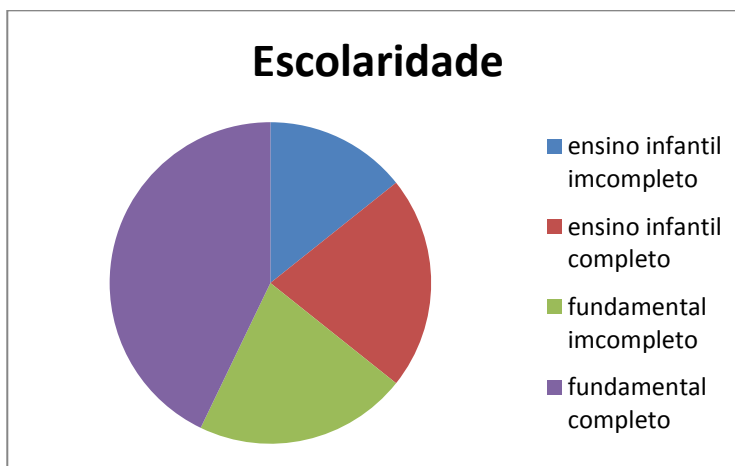
Em relação ao gênero dessas famílias, o Gráfico 5 apresenta os resultados.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

No entanto, podemos identificar durante a pesquisa que sessenta por cento 60% dos entrevistados é composto por mulheres e que quarenta por cento 40% é por homens, observamos que há um percentual maior em relação à figura masculina nas atividades exercida na feira livre de Muritiba, a atividade exercida pelos meninos, e uma atividade mais pesada, braçal, como carregador de verduras, vendedor entre tantos outros trabalhos.

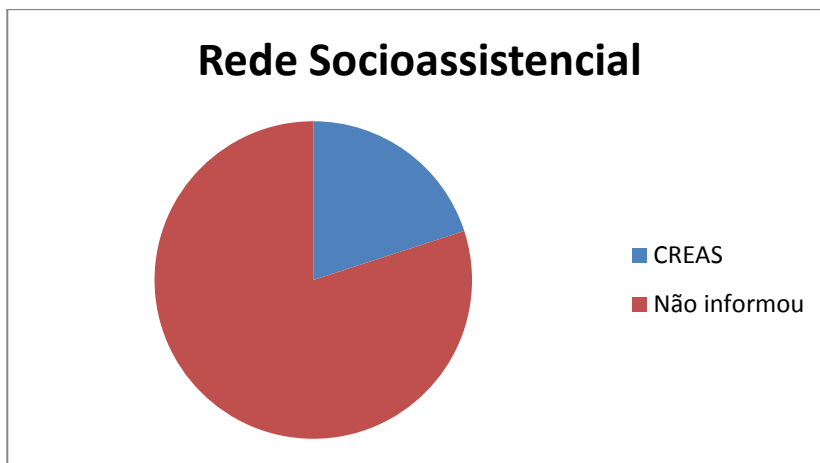
Gráfico 6



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

Percebemos no que tange a educação das crianças e adolescentes, de acordo com o gráfico 6, dez por cento 10% dessas crianças e adolescentes possuem o ensino infantil incompleto, outras quinze por cento 15% possuem o ensino infantil completo, mais quinze por cento 15% nos informou que tem o ensino fundamental incompleto por que teve que parar os estudos para ajudar os pais na lavoura, trinta por cento 30% informou ter o ensino fundamental incompleto e os outros trinta por cento 30% tem o ensino fundamental completo por que divide o tempo de trabalho com os estudos, um turno estuda e no outro turno trabalha

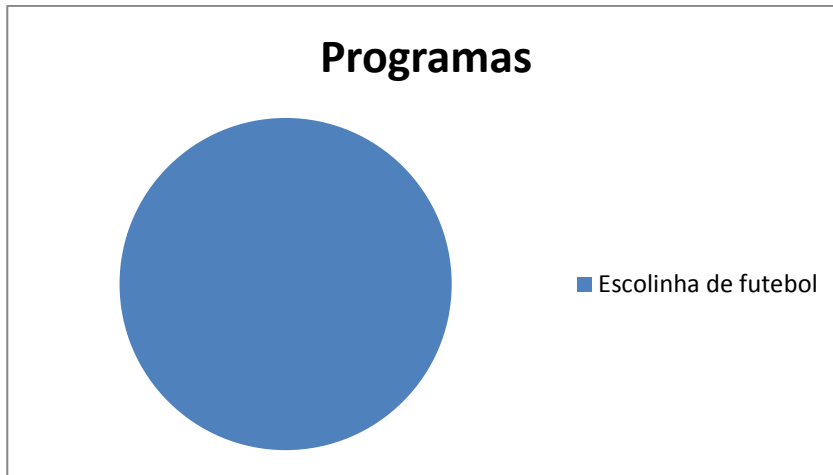
Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

Por meio das informações obtidas pela aplicação do questionário e também de alguns relatos da família ou responsável da criança e adolescente que vivenciam no seu cotidiano o trabalho infantil na feira livre de Muritiba, vinte por cento 20% dos entrevistados recebem atendimento no CREAS, e oitenta por cento 80% das pessoas entrevistadas não quiseram informar utiliza a, é notório que eles são vítimas da desigualdade social do sistema capitalista e de uma classe trabalhadora pobre, podemos perceber que é importante uma atenção as políticas publicas voltadas para essas crianças e adolescentes partindo dos órgãos públicos, a família, a sociedade civil possuem um papel essencial no que diz respeito a erradicação do trabalho infantil, esses não devem agir sozinhos, mais devem articular esse modo.

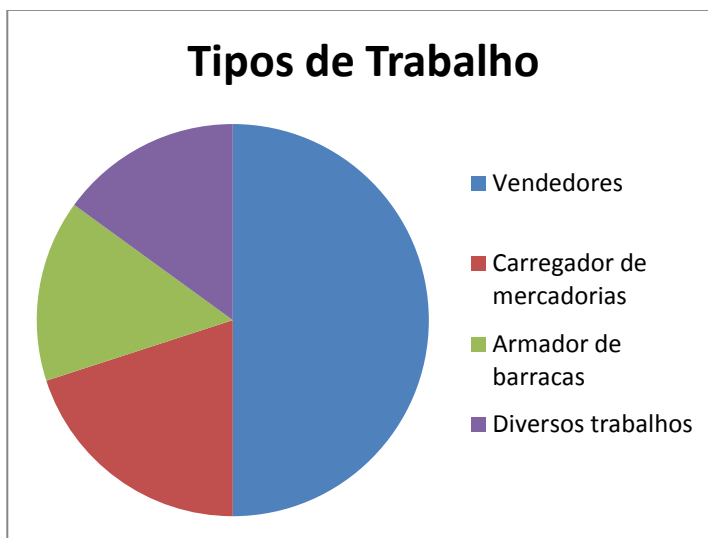
Gráfico 8



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

Em relação a algum programa ou projeto social que foi mencionado no questionário, os entrevistados responderam que não estão inseridos em nenhum programa que foi citado por que a cidade não tem esses tipos de programas e projetos, foi relatado que na gestão passada do prefeito tal, alguns desses projetos e programas estavam ativos, devido à falta de informação nos questionários que foi aplicado, as ausências de informações impedem de certa forma fazer uma análise mais crítica.

Gráfico 9



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo

Em resumo, por meio das informações apresentadas pelos dados quantitativos que foram coletados por meio do questionário, temos o resultado que

cinquenta por cento 50% das crianças e adolescentes trabalham como vendedores na feira livre em Muritiba, já vinte por cento 20% dessas crianças e adolescentes trabalham carregando mercadorias para arrumar as barracas desde o início da feira até o final, quinze por cento 15% trabalham como armador de barracas, os proprietários dessas barracas dão algum dinheiro em forma de pagamentos para essas crianças e adolescentes fazerem a montagem e desmontagem dessas barracas, outras quinze por cento 15% fazem trabalhos diversos, desde a troca de dinheiro para o troco, até desmontagem das barracas.

No entanto, foi observado que existem adolescentes em plena atividade de trabalho na feira livre da cidade de Muritiba, sendo que estas poderiam estar exercendo um tipo de trabalho formal como todos seus direitos trabalhistas mais não na condição de aprendiz, mais sim como empregado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A presente pesquisa permitiu uma análise sobre a trajetória da exploração da mão-de-obra infantil no Brasil desde o período colonial até os nossos dias, destacando as influências da igreja, da família e do governo, das políticas públicas e a proteção social voltada para este segmento. Saber sobre esse passado tão presente fez compreender que as resistências econômicas, culturais, políticas são um dos vários motivos que faz esse fenômeno tão ultrapassado manter-se em nossa sociedade atualmente, através da ausência de educação, e da má distribuição de renda agregada à pobreza, da desigualdade social, dos recursos naturais insuficientes, da falta de políticas públicas eficazes para o combate da exploração desta mão-de-obra, e da negligência familiar com as crianças e adolescentes.

O trabalho infantil hoje é um problema social que tem consequências de longo prazo na vida das crianças, pois além dos problemas de saúde e de desempenho escolar que o mesmo provoca, o trabalho infantil também pode favorecer menores salários na fase adulta. No Brasil, apesar da redução no número de crianças trabalhando nos últimos tempos, o problema ainda persiste em todos os estados do país. O trabalho infantil é uma decorrência direta da ausência de garantia e efetivação de direitos sociais, econômicos, culturais, políticos e civis que, na atual

conjuntura que afetam diretamente a população pobre, a qual, sem nenhuma condição de subsistir e sem as garantias de seus direitos, desenvolvem meios alternativos para sobreviver, com trabalhos realizados na informalidade, em condições precárias e insalubres, sem nenhum tipo de garantia ou proteção legal. Por meio do estudo desenvolvido, nota-se que mesmo com todos os avanços direcionados à atenção e a legislação para com as crianças e os adolescentes em situação de trabalho infantil, a real situação deste segmento social ainda está longe do ideal aguardado por aqueles que batalham há anos no enfrentamento da exploração desta mão-de-obra. Considerando que esta realidade não é diferente a das crianças e adolescentes que vivenciam o trabalho infantil na feira livre da cidade de Muritiba-BA, e levando em conta que essas crianças e adolescentes, são filhos da classe trabalhadora mais pobre.

Essa pesquisa apresenta também um estudo de caso acerca da relação entre o trabalho infantil e a educação formal na cidade de Muritiba – Bahia, a pesquisa de campo foi realizada no período de novembro de 2017 a janeiro de 2018 em uma escola de ensino fundamental I na cidade de Muritiba-Ba. No capítulo 1 analisamos a educação formal no Brasil processo histórico e conceitos correlatos, discutimos ainda nesse capítulo a relação entre educação e trabalho infantil e o conceito de trabalho infantil usado nesse estudo. Fizemos ainda um levantamento do marco regulatório em vigor no Brasil que trata da proibição do trabalho infantil e da proteção das crianças e adolescentes.

Podemos perceber que, é preciso uma maior atenção às políticas públicas voltadas as crianças e adolescentes que se encontram na situação de atividade de trabalho infantil, por parte dos órgãos públicos. É preciso que a sociedade possa se atentar para os riscos encontrados no trabalho infantil. Deste modo, tanto as políticas públicas, a família e a sociedade civil possuem um papel essencial na erradicação do trabalho infantil, não devendo estas agir isoladamente, mas sim de maneira articulada. Para a realização desta pesquisa encontramos algumas dificuldades em relação a coleta de dados, devido a falta de elementos nos materiais pesquisados. Cabe destacar que, outros aprofundamentos relativos à temática foram também inviabilizados em virtude do tempo para produção e finalização do trabalho, bem como o tempo da própria pesquisadora. Sentimos aqui a necessidade de nos

aprofundarmos mais neste estudo, o que poderá ser feito a partir de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS:

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1981.

BEHRING, Elaine Rosseti; Boschetti, Ivanete. Política social. **Fundamentos e historia**. Biblioteca básica de serviço social. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2v

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Organização Internacional do Trabalho (OIT). **III Conferência Global sobre Trabalho Infantil: relatório final**. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASIL, **Plano Nacional de Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, 2ª ed., Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011, 95p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei n. 5452, de 1 de maio de 1943; **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Riode Janeiro, DF, 9 ago. 1943.

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança: Trabalho Infantil (CD-ROM), 1997. Os dados utilizados são (estimativas) baseados no relatório "**Trabalho Infantil no Brasil**" da Organização Internacional do Trabalho Brasil.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 1. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010, p 103.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes.** São Paulo: LTr, 2000.

GOVERNO FEDERAL -- <http://www.brasil.gov.br> - acessado em 17/04/18 às 18:45 hs. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/muritiba/panorama>

IBGE | Cidades | Bahia | Muritiba». cidades.ibge.gov.br. Consultado em 27 de abril de 2018.

_____. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. **Disposição sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, 1990.

LARROYO, Francisco. **Historia Geral da Pedagogia.** Tomo II. São Paulo: Editora MestreJou, 1970.

Mortalidade Infantil: **Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2014**

OIT- **Organização Internacional do Trabalho.** [2014]. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

Portaria MPAS n° 2.917, de 12/9/2000, **que estabelece as diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).**

_____. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** Disponível em<<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencial>

social/petiprograma-de-erradicação-do-trabalho-infantil/usuario/usua> Acesso em: 25.04.2018.

RIZZINI, Irene. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Sítio de internet: www.trabinfantil.cjb.net

TEIXEIRA, Ludmila Celistrino. **Proteção do trabalho do menor**. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, [2007?]. Presidente Pudente. Artigo. Disponível em: <http://www.intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2340/1836>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO**a) Composição familiar:**

- 01 a 03 membros
- 04 a 06 membros
- 07 a 10 membros

b) Local da residência:

- Cachoeirinha
- Santo Antônio
- Bom jardim
- Sete pecados
- Padre Piazza
- Paraguai

b) Reside:

- Zona urbana
- Zona rural

d) Renda mensal:

- Não possui renda
- Menos de 1 salario mínimo
- 1 salario mínimo
- Acima de 1 salario mínimo
- Não há informações

e) Situação do domicilio

- Alugada
- Própria
- Cedida
- Não há informação

f) Beneficiário de algum programa do governo:

- Bolsa família
- Minha Casa Minha Vida
- Brasil carinhoso
- Tarifa Social de Energia Elétrica
- PET
- Outros

g) Idade:

- 05 a 09 anos
- 10 a 13 anos
- 14 a 16 anos

h) Sexo:

- Masculino
- Feminino

i) Escolaridade:

- Ensino infantil completo
- Ensino infantil incompleto
- Ensino fundamental I completo
- Ensino fundamental I incompleto

Ensino médio completo

j) Rede socioassistencial: Serviços em que a família estar inserida:

CRAS

CREAS

Ongs.

Outros

k) Programas ou projetos que estão inseridos:

Jovem Aprendiz

PETI

Escola de Futebol

Outros

l) Tipo de trabalho exercido na feira livre:

Carregador de mercadorias

Vendedor

Armador de barracas

Outros



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRA

COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

Bacharelado em Serviço Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: A EDUCAÇÃO FORMAL E O TRABALHO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA INFANTIL DE MURITIBA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB.

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal analisar o município de Muritiba-Ba, tomando como foco a sua contribuição no processo de combate ao trabalho infantil. A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado que a minha identidade inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral. Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar. Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Muritiba, ____ de _____ de ____.